

Construir a Paz com os valores de Abril

A realização da XXII Assembleia da Paz, em Lisboa, no dia 7 de Dezembro do ano passado, com o lema «Construir a Paz com os valores de Abril», e a conferência que se lhe seguiu, foram momentos altos da vida recente do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Com novos órgãos sociais eleitos que, simultaneamente, asseguram a continuidade e o necessário rejuvenescimento, foi dado um novo impulso ao trabalho colectivo, aos contactos com autarquias e outras organizações, à criação de novos núcleos e à dinamização e

fortalecimento dos existentes.

A multiplicação de iniciativas em diversos pontos do País, nestes primeiros meses de 2014, é testemunho da dinâmica que se está a viver, de que se destacam: almoço de convívio e palestra no Porto, em torno da campanha «Construir a Paz com os valores de Abril»; colóquio em Évora sobre «A Evolução do Capitalismo: a Europa e a Ucrânia»; exposição e acção de solidariedade por ocasião do 38.º aniversário da República Árabe Saaraui Democrática, em Beja e Coimbra; lançamento de dois novos ciclos de cinema e debates no Porto e em

Lisboa; acções de solidariedade com a República Bolivariana da Venezuela, em Lisboa; preparação de iniciativas conjuntas com outras organizações para assinalar, em 4 de Abril, em Lisboa e no Porto, os 65 anos da organização belicista NATO, retomando o lema «Paz Sim! NATO Não!».

Intensa actividade

Entretanto, como estamos a viver um dos momentos mais difíceis da nossa história colectiva recente, procurou-se intensificar a solidariedade com os trabalhadores portugueses e outros sectores da população atingidos pelas políticas agressivas e anti-sociais do Governo, tendo o CPPC participado nas manifestações da CGTP-IN de 1 de Fevereiro de 2014, em diversos locais do País.

Dando seguimento às conclusões da última Assembleia da Paz, o CPPC está a assinalar 40 anos da revolução de Abril, designadamente através do lançamento da campanha «Construir a Paz com os valores de Abril». Com os painéis que elaborámos e com o apoio de algumas autarquias, pretendemos chegar a escolas e a associações diversas, realizar exposições, colóquios e debates, assinalar o aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa e participar nas comemorações populares do 25 de Abril.

De igual modo, com o lema «100 da I Guerra Mundial e a luta pela Paz» iniciou-se a preparação de uma exposição para assinalar os 100 anos do início desta grande guerra, as suas causas e consequências, o que conduziu à II Guerra Mundial, à luta contra o colonialismo e à Revolução de Abril.

Com o agravamento da situação internacional, o CPPC tudo fará para reforçar o movimento da paz em Portugal, dando também o seu contributo para o reforço do movimento da Paz no plano europeu e mundial, através da participação activa no Conselho Mundial da Paz.

Pela Paz e por Abril, todos juntos não somos demais!





XXIV Assembleia da Paz

Alargar e reforçar o movimento da Paz

O Conselho Português para a Paz e Cooperação realizou em Lisboa, no dia 7 de Dezembro, a sua XXIV Assembleia da Paz. A participação de dezenas de activistas de vários pontos do País, grande parte dos quais organizados em núcleos, confirmou aquilo que os documentos debatidos – e aprovados – valorizavam: o crescimento do CPPC e a sua disseminação pelo País. Entre os participantes, estavam membros dos núcleos do Porto, Coimbra, Beja, Moura, Évora, Barreiro e Seixal e activistas provenientes de outros locais onde, não havendo ainda uma intervenção consolidada, poderá estar para breve a constituição (ou reconstituição) de núcleos do CPPC. Esta é, aliás, uma das principais prioridades do CPPC para os próximos dois anos.

Para além do alargamento geográfico, que se vinha acentuando de há alguns anos a esta parte, a Assembleia da Paz revelou também um CPPC mais abrangente a nível social e ideológico. Participaram na assembleia diversos elementos ligados a organizações católicas, com reflexo nos próprios órgãos sociais eleitos.

No Plano de Acção aprovado, o primeiro ponto é precisamente dedicado ao reforço do movimento da Paz em Portugal, entendido quer como o crescimento e afirmação do CPPC quer como o alargamento da «base de entendimento e colaboração activa com outras organizações cívicas» em torno de objectivos convergentes ou comuns relacionados com a defesa da Paz, expressas mediante tomadas de posição, iniciativas, cam-

panhas e plataformas conjuntas. As comemorações do 40.º aniversário da Revolução de Abril é, desde logo, uma oportunidade para fortalecer laços de cooperação com outras expressões do movimento da Paz e organizações democráticas.

Outro objectivo definido pela Assembleia da Paz foi contribuir para reforçar o Conselho Mundial da Paz, no qual o CPPC tem grandes responsabilidades enquanto membro do Comité Executivo e do Secretariado e coordenador para a Europa. Este compromisso não deve prejudicar, antes reforçar, a fundamental acção e responsabilidades, clarifica o Plano de Acção, onde se garante que a «melhor, mais significativa e insubstituível contribuição que o CPPC pode dar para o reforço do movimento da paz ao nível mundial é o reforço do movimento da paz em Portugal».

Causas universais

No Plano de Acção e na Resolução aprovados, tal como em muitas das intervenções proferidas, ficaram claros quais os temas centrais em torno dos quais o CPPC se baterá nos próximos dois anos: a luta contra a NATO (reafirmada como a «principal ameaça à Paz»), as bases militares, a militarização da UE, a corrida aos armamentos e, claro, as agressões e chatagens militares a países soberanos; e a solidariedade e cooperação com os povos do Mundo, em especial os que enfrentam a ingerência estrangeira, a chantagem, o bloqueio ou a ameaça de intervenção militar, como a Síria, a Palestina, o Saara Ocidental, a



Venezuela ou Cuba, entre muitos outros.

No ano em que se assinala o 40.º aniversário da Revolução de Abril, a defesa da Constituição da República Portuguesa, fundamentalmente no que respeita aos três primeiros pontos do artigo 7.º, é também uma questão central. Trata-se não apenas de pugnar contra quaisquer tentativas de revisão constitucional – nesta como noutras matérias – como também de exigir que a prática política respeite os desígnios constitucionais, o que manifestamente não tem acontecido com o reiterado e explícito alinhamento de sucessivos governos com a estratégia agressiva dos EUA, da NATO e da UE.

Os 100 anos do início da Primeira Guerra Mundial e os 65 anos do surgimento do movimento mundial da Paz serão assinalados ainda ao longo deste ano de 2014.

Conferência à tarde

Depois da assembleia, que concluiu os seus trabalhos da parte da manhã, realizou-se uma conferência subordinada ao lema «Construir a Paz com os Valores de Abril». Nela participaram, para além dos activistas do CPPC presentes, representantes de organizações sindicais e sociais, autarquias e embaixadas, bem como outras personalidades.

Nas diversas intervenções proferidas, falou-se das ameaças à Paz, da corrida aos cada vez mais sofisticados armamentos, dos recursos naturais – finitos e preciosos – que estão por detrás de grande parte dos conflitos militares, da propaganda e das mentiras «humanitárias» e



«securitárias» com que se procura justificar as guerras de saque promovidas um pouco por todo o Mundo. Alguns dos intervenientes referiram-se, ainda, à «guerra económica» em curso contra países e povos, incluindo o português, outra face da política de guerra pois cumpre os mesmos objectivos.

Realizadas dois dias depois da morte de Nelson Mandela, a Assembleia da Paz e a conferência que se lhe seguiu não deixaram de valorizar o legado do líder sul-africano e de lembrar a acção ímpar desempenhada pelo Movimento Português Contra o Apartheid (que o CPPC integrava) para a denúncia do odioso regime que vigorou naquele país. A visita de Mandela a Portugal e o contributo ímpar de países como Cuba e Angola para o fim do regime fascista e racista da África do Sul foram igualmente salientados.

A Assembleia aprovou ainda um conjunto de moções, que podem ser consultadas em www.cppc.pt.



Órgãos Sociais eleitos

Direcção

Presidente: Ilda Figueiredo
Vice-presidentes: José Baptista Alves e Rui Namorado Rosa
Tesoureiro: Filipe Ferreira
Secretários: Carlos Carvalho, Rita Lopes e Gustavo Carneiro
Vogais: João Martins, Hernâni Magalhães, Inês Seixas, Helena Casqueiro, António Lara Cardoso, Joaquim Mesquita, Marta Antunes e João Alves

Mesa da Assembleia

Presidente: António Avelãs Nunes
Vice-presidente: Abílio Fernandes
Secretários: Vítor Silva e Joana Dias Pereira

Comissão Fiscalizadora

Presidente: Francisco Vilhena
Vogais: Helena Barbosa e João Saraiva

Presidência

Abílio Fernandes, Alfredo Monteiro, Alice Vieira, Ana Teresa Vicente, António Arnault, António José Avelãs Nunes, António Pereira Soares, António Pessoa, António Vitorino D'Almeida, Armando Caldas, Arménio Carlos, Avelino Pacheco Gonçalves, Carlos Araujo Sequeira, Carlos Carvalhas, Carlos Carvalho, Carlos do Carmo, Carlos Humberto Carvalho, Carmen Marques, Cláudia Madeira, David Martelo, Deolinda Machado, Dieter Dellinger, Dourada Mendes, Elvira Palhinhas, Eugénio Cavalheiro, João Falcão de Campos, Francisco Cordeiro, Francisco Santos, Frederico de Carvalho, Frei Bento Domingues, Graciete Cruz, Gustavo Carneiro, Helder Madeira, Isabel Castro, Jaime Gralheiro, Joana Dias Pereira, José Augusto Paixão, José Ernesto Cartaxo, José Goulão, Laura Lopes, Levy Baptista, Luís Fernando Melo Biscaia, Luís Varatojo, Luís Vicente, Manuel Begonha, Manuel Duran Clemente, Manuel Freire, Manuel Loff, Margarida Tengarrinha, Maria do Céu Guerra, Maria Helena Rato, Mário Pádua, Mário Ruivo, Miguel Madeira, Nuno Higino, Paula Santos, Pezarat Correia, Rodrigo Francisco, Rui Namorado Rosa, Sandra Benfica, Sérgio Ribeiro, Silas Cerqueira, Tiago Vieira, Valdemar Santos, Vasco Pinto Leite, Vítor Pinto, Vítor Silva.



CPPC assinala 40 anos da Revolução

A Paz constrói-se no caminho de Abril

40x25
40 ANOS DO 25 DE ABRIL

Plataforma 40x25

O CPPC é uma das associações integrantes da «Plataforma 40x25», que tem como objectivo fazer chegar a toda a juventude a importância que teve a Revolução de Abril, as suas conquistas, e a alteração profunda que concretizou na nossa sociedade. No Manifesto da Plataforma, ficam claros os seus objectivos e princípios:

Porque queremos ser felizes no nosso País

Comemoramos os 40 Anos da Revolução dos Cravos, que nos trouxe a paz, a liberdade, a democracia e a esperança no futuro!

Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito a uma vida digna, a ter saúde, a trabalhar com direitos!

Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito a ter uma habitação condigna, a um ambiente sadio e à qualidade de vida!

Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito à juventude, a estudar, a aceder à cultura e a praticar o desporto!

Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito a decidirmos por nós próprios, como pessoas livres e como país soberano!

Porque com o 25 de Abril escrevemos a Constituição que defende esses direitos, e que garante que tenham de ser cumpridos!

Porque Abril é a conquista do futuro, contra quem nos diz que só há o caminho da desesperança!

Porque Abril celebra o presente como mudança!

Porque Abril é o sonho que se alcança!

O Conselho Português para a Paz e Cooperação assinala os 40 anos da Revolução de Abril com a plena consciência de que o futuro de Paz, progresso e justiça social pelo qual se bate só será uma realidade no caminho dos valores de Abril, que urge retomar. Na campanha que, em parceria com autarquias e outras entidades, está a levar a cabo – denominada «Construir a Paz com os Valores de Abril» –, o CPPC destaca as profundas transformações revolucionárias (políticas, económicas, sociais e culturais), o papel preponderante do povo português em todo o processo e a perenidade dos valores e conquistas de Abril.

Particular destaque merecerá, na intervenção do CPPC nas comemorações desta data maior da História nacional, tudo o que se relaciona com a defesa e afirmação da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente dos três primeiros pontos do artigo 7.º (ver caixa nestas páginas), que abriram caminho a uma política externa independente e norteadas pelos valores da Paz, da solidariedade e da cooperação entre países e povos. Escusado será dizer que, como tantas outras, este desígnio constitucional tem sido fortemente golpeado quase desde o primeiro dia, como fica claro no apoio explícito de sucessivos governos a agressões militares, chantagens e ingerências várias sobre estados soberanos perpetradas pelos EUA, NATO e União Europeia. Tal não invalida, antes reforça, o significado profundo do texto constitucional também nesta questão concreta.

Valores perenes

Por mais que tenha sido a Constituição a fixar estes valores em letra de Lei, eles estavam presentes desde o primeiro dia da Revolução e não teriam alcançado a consagração legal sem o poderoso movimento popular que, aliado com o Movimento das Forças Armadas, conferiu ao processo revolucionário o seu cunho profundamente democrático e progressista. De facto, as conquistas de Abril eram, há muito, reivindicações prementes de am-

plos sectores da resistência antifascista, levantadas em grandes jornadas de luta popular.

Eis alguns exemplos, circunscritos apenas às questões relacionadas com a política externa, que de forma nenhuma se podem desligar da situação interna do País: pelo menos desde 1950 que, de forma organizada, a luta pela Paz incorporava a luta do povo português pela liberdade e a democracia; o fim da guerra colonial era, em Abril de 1974, uma das mais sentidas reclamações do povo português.

O Programa do MFA continha referências, ainda que limitadas, aos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da Paz. Ao mesmo tempo, garantia que o governo provisório instaurado após o derubamento da ditadura respeitaria os «compromissos internacionais decorrentes de tratados em vigor». Entre este texto e a Constituição da República medeia pouco mais que dois anos: a profundidade do segundo é impressionante.

E reveladora.

Já em Outubro de 1974, o general Costa Gomes, à data Presidente da República (e mais tarde presidente do CPPC), afirmara perante a Assembleia-Geral das Nações Unidas o desejo do Portugal de Abril de contribuir para o desarmamento mundial, canalizando os recursos para o desenvolvimento e o progresso dos países mais desfavorecidos. Numa declaração plena de simbolismo, Costa Gomes garantiu que «o povo português considera-se irmão de todos os povos oprimidos e declara a disposição de contribuir para todas as iniciativas que visem debelar a fome do mundo, melhor distribuir as riquezas e salvaguardar os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem».

Abril vive!

Quatro décadas depois de Abril, vivemos tempos em que a prática política de sucessivos governos contraria e viola o espírito e a letra da Constituição da República, ou seja, está ao arrepio das



conquistas revolucionárias de Abril. Fosse realidade os desejos daqueles que nos governam e governaram nas últimas décadas – e daqueles, nacionais e estrangeiros, a quem servem – e há muito a Constituição e os direitos e valores que consagra estariam definitivamente arrumados a um canto, bem longe da vista e,

sobretudo, da memória dos portugueses.

Assim, comemorar Abril é acima de tudo pugnar pela retoma dos seus valores, para que integrem o presente e o futuro do País. Da parte do CPPC, tudo faremos para recordar – ou dar a conhecer – o que Abril significou para o nosso povo e para o nosso País e os caminhos de futuro que encetou e que importa retomar.

Constituição de Abril, Constituição de Paz

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

- Constituição da República Portuguesa, artigo 7.º



Agressão à Síria continua

A Paz é possível

Como refere o «Notícias da Paz» de Dezembro de 2013, nos últimos dias de Agosto e primeiros de Setembro esteve eminente uma invasão da Síria, semelhante, nos actores e nos pretextos, à levada a cabo contra o Iraque em 20 de Março de 2003. A agressão não se concretizou, por várias razões que então aduzimos.

Mas a guerra e a ingerência externa na Síria não acabaram. No entanto, em seis meses a situação conheceu alterações importantes. A nível interno, deu-se a libertação, pelo exército sírio, de importantes cidades e vias de comunicação, ocupados pelos grupos armados apoiados pelo exterior; foi decretada uma amnistia aos combatentes desses grupos que depusessem as armas; intensificou-se o conflito aberto e violento entre diferentes grupos de mercenários, cujo último desfecho conhecido foi o assassinato no dia 23 de Fevereiro do líder da Al-Nusra (Al-Qaeda), Abu Khaled al-Suri, pelos salafitas do «Estado Islâmico do Iraque e do Levante»; e os grupos mais activamente apoiados pelo ocidente, reunidos sob a «Coligação Nacional Síria», cujo líder foi afastado, perderam muita da influência que detinham.

No plano interno é de referir, ainda, a alienação de apoios que os salafitas – Al Qaeda, Irmandade Muçulmana, Exército dos Mujahideen, Estado Islâmico do Iraque e do Levante – poderiam ter em cidades como Homs, Aleppo ou Daraa com a imposição de

«leis» islâmico-fundamentalistas, tais como a aplicação da «sharia», a obrigatoriedade da burka, a separação dos sexos nas escolas, a profanação dos templos cristãos e a conversão forçada dos crentes de religiões não islâmicas, ou de confissão Xiita, que violentou a consciência de cidadãos habituados a viver num Estado laico.

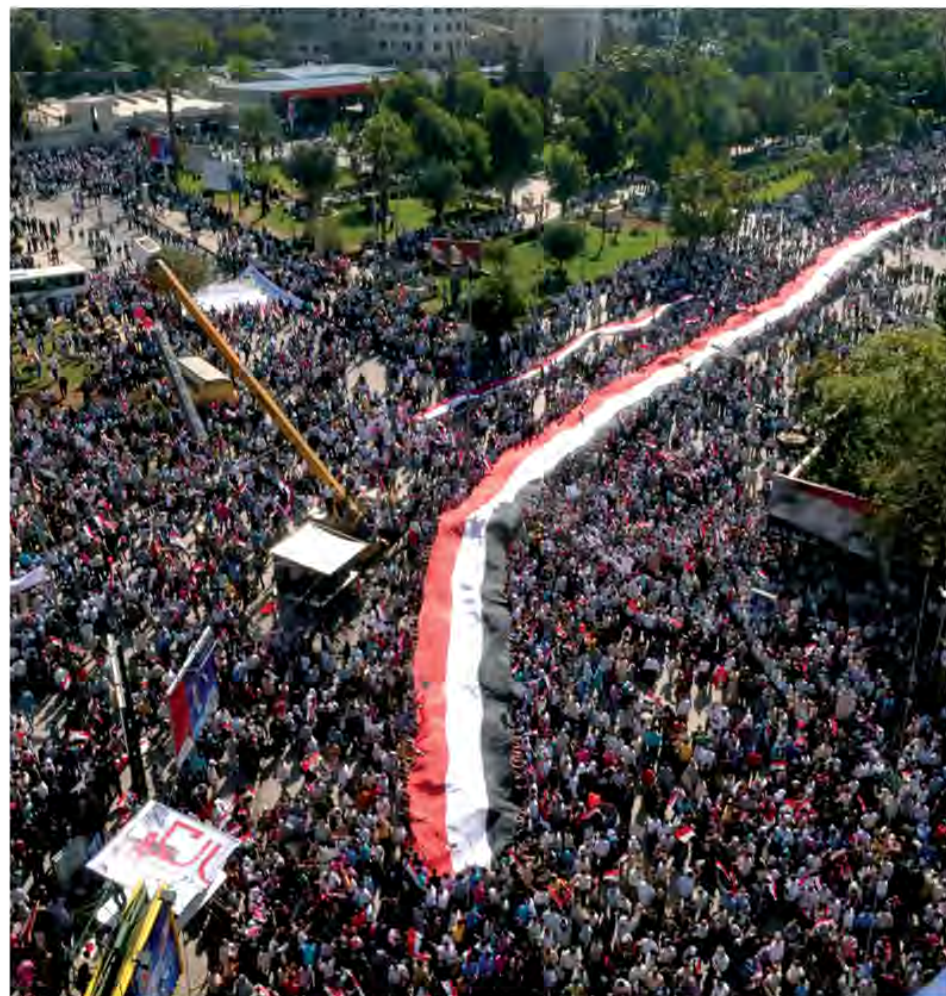
Por uma solução pacífica

No plano externo, apesar da campanha de muitos órgãos de comunicação social, absolutamente parciais e deturpadores das realidades vividas na Síria, a opinião pública continua a manter uma atitude favorável a uma solução pacífica para o conflito. A Conferência «Genebra 2», convocada pela ONU – e na qual participaram representantes das Nações Unidas, da Liga Árabe, da República da Síria, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Rússia, dos Estados Unidos da América e da «Coligação Nacional Síria» –, teve lugar nas cidades suíças de Montreux e Genebra de 22 de Janeiro a 15 de Fevereiro, em duas rondas, tendo ficado acordada uma terceira, em data ainda não anunciada.

A firmeza manifestada pela delegação da República da Síria na defesa da soberania territorial, administrativa e política do Estado, conjugada com uma maleabilidade em discutir propostas concretas de solução, mesmo em reuniões bilaterais com a «Coligação Nacional Síria», permitiu alguns resultados: o «Comunicado de Genebra», que determina a constituição de um governo de transição, é a base de discussão nos contactos entre o governo sírio e as outras partes envolvidas, entre elas a «Coligação Nacional Síria»; ou a aprovação de uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas visando a ajuda humanitária às pessoas vítimas do flagelo da guerra. De fora ficaram as propostas dos Estados Unidos de que as negociações ficassem dependentes de uma saída do cargo do presidente Bashar Al-Assad, e as da Rússia, visando discutir as questões mais gerais do terrorismo na região.

As iniciativas das forças da Paz têm contribuído para impedir que a invasão militar da Síria se tivesse verificado, assumem uma importância crescente nesta luta para pôr fim a uma agressão que dura há três anos, para levar a paz e a estabilidade a um povo martirizado e ao Médio Oriente.

Carlos Carvalho,
membro da Direcção Nacional do CPPC



65 anos de guerra e agressão

Pela Paz! Não à NATO!

A NATO, o maior bloco político-militar do Mundo, está a assinalar o seu 65.º aniversário, num momento em que os seus poderosos meios bélicos estão a impor, pela força das armas ou das ameaças, pressões e permanente chantagem, o domínio imperial de EUA e seus aliados, designadamente a União Europeia, braço europeu da NATO.

A chamada Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – que, em Portugal, usa as iniciais inglesas e denomina-se NATO – foi criada em 4 de Abril de 1949. O seu quartel-general está sediado em Bruxelas, na Bélgica, mas a sua força política essencial continua nos EUA, embora, cada vez mais, tenha o apoio e a intervenção da União Europeia, como foi definido no Tratado de Lisboa e reafirmado em diversos acordos e cimeiras, incluindo a Cimeira da NATO, em Lisboa, em 2010. Em 1949, foram 12 os países que assinaram a sua constituição: Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. A inclusão de Portugal (que na época estava sob um regime fascista) como país fundador da NATO, é, desde logo, um sinal dos objectivos que estiveram na origem desta organização político-militar.

Ao longo dos anos foi incluindo outros estados como membros. Foram os casos da Grécia e Turquia em 1952, da Alemanha Ocidental em 1955 e da Espanha em

1982. Mas o seu maior alargamento deu-se após a extinção da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, passando a incluir também toda a Alemanha, a República Checa, Hungria, Polónia, Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Albânia e Croácia. Actualmente, são 28 os países membros da NATO, sendo que continua a pressão sobre alguns para também aderirem, de que a Ucrânia é o exemplo mais recente.

Instrumento de guerra

Foi há 15 anos, com a agressão à ex-Jugoslávia, que se iniciou esta fase de maior agressividade da NATO. Posteriormente, assistimos a outras agressões a povos e a estados soberanos, que deixaram rastros profundos e duradouros de morte e destruição, com destaque para o Afeganistão e a Líbia, sem esquecer os «instrutores» enviados para o Iraque e outros países. A chocante corrida aos armamentos, que prossegue na actualidade, tem na NATO o maior responsável, com a agravante de manter no seu conceito estratégico a possibilidade da utilização de armas nucleares num primeiro ataque. Registe-se que cerca de 75% das despesas militares mundiais são dos seus países membros, o que demonstra a sua capacidade agressiva sem paralelo.

Com a revolução de Abril, empenhada na luta pela paz e pelo progresso social, a

Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, consagrou, no seu artigo 7.º, que Portugal preconiza o desarmamento geral e a dissolução dos blocos político-militares. No entanto, realizou-se, em Lisboa, em 2010, uma cimeira da NATO, o que originou que mais de 100 organizações se unissem em torno da Campanha «Paz Sim! NATO Não!», demonstrando a sua firme oposição à realização da cimeira e aos seus objectivos. Foram organizadas dezenas de iniciativas por todo o País e culminou com a grande Manifestação da Campanha «Paz Sim! NATO Não!», que encheu a Avenida da Liberdade, em Lisboa, denunciando os objectivos militaristas da cimeira da NATO e afirmando a necessidade da construção de um mundo de paz, solidariedade e cooperação.

Neste ano em que se assinalam 65 anos da criação deste bloco político-militar agressivo, mas também os 40 anos da Revolução de Abril que pôs fim à guerra colonial e reconheceu a independência dos povos irmãos africanos, diversas organizações nacionais reafirmam as justas e legítimas reivindicações e aspirações em prol da paz. Exigem, designadamente, a dissolução da NATO, denunciando os seus objectivos belicistas, a retirada das forças portuguesas aí envolvidas em missões militares, o encerramento das bases militares estrangeiras, reafirmando também a luta pelo desarmamento e fim das armas nucleares e de destruição massiva, no respeito e cumprimento da Constituição da República Portuguesa e das determinações da Carta das Nações Unidas.

O CPPC continua a participar empenhadamente em todas estas iniciativas e campanhas e apela à participação de todos os seus aderentes e simpatizantes.

Ilda Figueiredo, presidente do CPPC

Combater o imperialismo

O CPPC tem acompanhado de perto o desenrolar da situação na Venezuela e na Ucrânia, reafirmando a sua frontal oposição à ingerência imperialista e ao fascismo. Em 14 e 21 de Fevereiro, em dois comunicados, o CPPC manifestava a sua preocupação pela «situação de crescente tensão política na Ucrânia», marcada pela ingerência dos EUA e da UE, inclusivamente no apoio a forças de cariz fascista e neonazi, como o partido Svoboda (actualmente no «governo») e o Pravy Sektor (Sector de Direita), com influência determinante nos combates de rua e na ocupação de edifícios públicos.

Para o CPPC, que denunciava ainda a manipulação mediática dos acontecimentos naquele país do Leste europeu, a desestabilização da Ucrânia «lança no ar o espectro da escalada de conflito e da divisão» – o que os acontecimentos subsequentes viriam a confirmar. O objectivo dos EUA e da UE é nada mais nada menos do que colocar este país «sob a sua esfera de influência e domínio do ponto de vista económico, político e militar».

A ingerência na Ucrânia insere-se num processo mais geral que visa o «cerco à Federação Russa por parte dos EUA e da NATO – de que a União Europeia é pilar europeu – e que integra, entre outros aspectos, a insistência da entrada da Geórgia na NATO, a instalação de bases militares dos EUA nas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central ou a instalação de componentes do tenebroso sistema “antimíssil” dos EUA/NATO na Europa».

Defender a revolução

No momento em que se assinala o primeiro aniversário do falecimento do presidente Hugo Chávez e em que a Revolução Bolivariana enfrenta a desestabilização, promovida pela oligarquia in-

terna e pelos EUA, o CPPC desdobrou-se em acções de solidariedade com o processo progressista em curso naquele país da América do Sul.

No dia 20 de Fevereiro, juntamente com outras organizações, promoveu uma acção de solidariedade com a Revolução Bolivariana, junto à estátua de Simón Bolívar em Lisboa, que contou com a participação do embaixador e do cônsul da Venezuela. Na saudação entregue aos representantes diplomáticos, o CPPC reafirmava a «sua solidariedade com o povo venezuelano na sua luta corajosa em defesa da Revolução Bolivariana, das importantes conquistas económicas, políticas, sociais e culturais alcançadas, na defesa do seu direito soberano de decidir o caminho que pretende para o seu futuro». O CPPC acrescentava ainda que a Revolução Bolivariana é «fonte de confiança, é exemplo concreto que outro mundo e outro caminho são possíveis», um mundo de progresso, justiça social, paz e cooperação.

No dia 5 de Março, mais de 150 pessoas participaram na sessão de solidariedade com a Revolução Bolivariana, na qual se assinalou o primeiro aniversário do desaparecimento do comandante Hugo Chávez. Na ocasião, a presidente do CPPC, Ilda Figueiredo, realçou a necessidade de defender a revolução, num momento em que «aqueles que perderam sucessivas eleições continuam a recorrer a todos os meios, incluindo a violência, para tentar alterar a ordem constitucional e anular a vontade do povo venezuelano».

O embaixador venezuelano, Lucas Rincón Romero, agradeceu a solidariedade manifestada em diversas ocasiões e garantiu que os ideais de Chávez estão mais vivos que nunca nos povos do mundo. O diplomata salientou ainda os progressos alcançados pela Revolução Bolivariana ao nível económico, social e cultural.



CPPC em Belgrado

À hora do fecho desta edição do «Notícias da Paz», o CPPC participava numa conferência internacional, em Belgrado, capital da Sérvia, para assinalar os 15 anos da agressão à então República Federal da Jugoslávia, que inaugurou o novo conceito estratégico da NATO. A conferência, realizada nos dias 22 e 23 de Março, foi promovida pelo Fórum de Belgrado para um Mundo de Iguais, membro do Conselho Mundial da Paz, e debateu questões tão prementes quanto a agressão da NATO em 1999, a actual crise sistémica e suas consequências e os caminhos para a construção de um mundo multipolar, respeitador da soberania dos povos. Nos dias imediatamente anteriores, teve lugar uma reunião da coordenação da Europa dos movimentos da Paz do Conselho Mundial da Paz. Convocada pelo CPPC, que assume esta coordenação, a reunião tinha como objectivo central reforçar a actividade dos movimentos da Paz na Europa e assumir um conjunto de campanhas comuns, nomeadamente pela dissolução da NATO.



Conselho Português para a Paz e Cooperação

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email:conselhopez@cpc.pt www.cpc.pt

Visita e adere à nossa página do Facebook